

Um estudo sobre o ensino de história e as questões étnico-raciais no Colégio de Aplicação-CAP em Boa Vista/RR

A study on history teaching, and ethnic-racial issues, at the College of Application-CAP, in Boa Vista / RR

Maria do Perpétuo Socorro de Matos Campos Furman¹

Viviana Elizabeth Jiménez Chaves²

Resumo: Este artigo teve como objetivo se o Ensino de História no Colégio de Aplicação-CAP, em Boa Vista/RR, contempla as questões étnico-raciais como forma de combate ao preconceito. Para tanto, utilizou-se da pesquisa de campo, descritiva e da revisão de literatura, com abordagem qualitativa, tendo como universo, população e amostra, os professores de História do Colégio de Aplicação-CAP, em Boa Vista/RR, mediante a realização de uma entrevista, observação e registro fotográfico, e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A análise proposta permitiu contextualizar o ensino de História mediante a Lei nº 10.639/03 (11.645/08) que aborda as questões étnico-raciais; descrever as questões étnico-raciais como forma de combate ao preconceito; identificar a metodologia e suas práticas nos programas e projetos utilizados pelos professores de História, no processo de ensino aprendizagem, referente aos conteúdos de História e Cultura Africana e Afro-brasileira; e, descrever como os professores percebem a inclusão curricular dos conteúdos de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas práticas do processo de ensino aprendizagem. Os resultados ao final da pesquisa possibilitaram constatar, com relação às questões étnico-raciais no combate ao preconceito na escola, que os participantes do estudo possuem um conhecimento superficial, mas que lhes possibilita um suporte teórico para trabalhar esse tema, apesar do currículo adotado não contemplar, ainda efetivamente, as referidas Leis. Mesmo assim, tentam fazer sua inclusão, na medida em que buscam incorporar este assunto no plano anual da disciplina, como forma de provocar uma reflexão, junto aos alunos, sobre essa temática. Em se tratando da inclusão metodológica do conteúdo de História e Cultura Africana e Afro-brasileira no processo de ensino aprendizagem verificou-se que o conteúdo é explorado de forma esporádica, de modo que seu desenvolvimento de maneira sistemática acontece apenas no mês de novembro quando se comemora no calendário o Dia da Consciência Negra, onde acontecem diversas atividades didáticas, pedagógicas e culturais. Além disso, não dispõem de recursos materiais, didáticos e pedagógicos

¹Master en Ciencias de la Educación, Universidad Autónoma de Asunción contacto: petacampos@hotmail.com

² Doctora en Ciencias de la Educación, Directora de Investigación Universidad Americana y Catedrática de Metodología de la Investigación Científica de la Universidad Nacional de Asunción-Facultad de Derecho y Ciencias Sociales. Asunción –Paraguay Email: vmonges0212@gmail.com

apropriados para a implementação destes conteúdos, contando apenas com o livro didático. No que se refere à percepção quanto à abordagem do conteúdo de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, concluiu-se que não há aprofundamento de estudos por parte da Coordenação Pedagógica visando o incentivo à elaboração de projetos e programas voltados para o trabalho deste conteúdo, a não ser, na época do desenvolvimento do Projeto Consciência Negra, demonstrando que as ações desenvolvidas ainda são muito frágeis e pouco tem contribuído neste sentido.

Palabras clave: *Preconceito étnico-racial. Ensino de História. História e Cultura Africana e Afro-Brasileira.*

Abstract: *This article aimed to analyze the History Teaching in Application-CAP College in Boa Vista/RR, includes ethnic and racial issues as a way to combat prejudice. Therefore, we used the field research, bibliographic and descriptive, with a qualitative approach, with the universe, population and sample, the history teachers Application-CAP College in Boa Vista/RR, by applying a interview structured, observation and photographic record, and signing the Consent and Informed (WIC). The proposed analysis has contextualize the teaching of history by Law 10.639/03 (11,645/08) which deals with ethnic and racial issues; describe ethnic and racial issues as a way to combat prejudice; identify the methodology and practices in programs and projects used by history teachers in the teaching-learning process, referring to the history of contents and African culture and Afro-Brazilian; and describe how teachers perceive the inclusion of curriculum content and History Traditionally African and Afro-Brazilian in the learning process of teaching practices. The results at the end of the survey made it possible to note, in relation to ethnic and racial issues in the fight against prejudice in school, study participants have a superficial knowledge, but allowing them a theoretical support to work this issue, despite the adopted curriculum does not contemplate, yet effectively, these Laws. Still, trying to make their inclusion in that seek to incorporate this issue in the annual plan of discipline as a way to provoke reflection, with the students on this theme. In terms of methodological inclusion of the history and content Traditionally African and Afro-Brazilian in the teaching learning it was found that the content is explored sporadically, so that its developed systematically happens only in November when celebrates on the calendar the Day of Black Consciousness, which held several didactic, educational and cultural activities. In addition, lack of material resources, teaching and learning appropriate for the implementation of these contents, with only the textbook. As regards the perception of the approach of the History of content and African Culture and African-Brazilian, it was concluded that no further studies by the Pedagogical Coordination aimed at encouraging the development of projects and programs for the work of this content unless, at the time of development of the Project Black Consciousness, demonstrating that the actions developed yet are very fragile and little has contributed.*

Keywords: *Ethnic and racial prejudice. History teaching. History and Culture African and Afro-Brazilian.*

INTRODUCCION

A historiografia brasileira, conforme apontam Albuquerque & Fraga Filho (2006) revela que a presença africana no Brasil ocorre a partir da segunda metade do século XVI, devido ao tráfico de escravos que atendia ao projeto de desenvolvimento mercantilista do ciclo da cana de açúcar, da exploração de minérios e do cultivo do café, em virtude de a base de mão-de-obra escravista ser caracterizada como barata e bem mais resistente que a mão-de-obra indígena.

A relação entre diversas culturas africanas propiciaram o estabelecimento de um rico e dinâmico patrimônio afro-descendente que, gerando uma cultura interafricana, contribuiu de forma significativa para a cultura brasileira, de modo que foi forte o sentimento de integração entre a cultura brasileira e a africana, na medida em que se observa a “fruição entre música, dança, comida, gestos, religiosidade e outras formas de expressar e de realizar falas simbólicas a respeito das pessoas e sua história” (Lody, 2006, p. 65).

No entanto, conforme aponta Zebral (2012), apesar da intensa mistura étnica e cultural que prevalece no Brasil, as relações raciais ainda são tensas no país e “vão para além das diferenças na cor da pele e traços fisionômicos, mas correspondem também à raiz cultural baseada na ancestralidade afro-brasileira que difere em visão de mundo, valores e princípios da origem europeia (p.04)”, prova disso é o preconceito étnico-racial é uma forma de discriminação que está entranhada nas relações sociais difundidas no Brasil desde o início de sua história, mas que tem se modificado com o tempo, “manifestando-se em diferentes e novas formas, gerando e mantendo intacta a perversa estrutura de desigualdades” (Ciconello, 2008, p. 01), entre as populações brancas, negras e indígenas existentes.

Visando combater todas as formas evidentes de preconceito étnico-racial no meio social, educacional e cultural, o Governo Federal do Brasil elaborou e aprovou a Lei nº 10.639/03 e, posteriormente a Lei nº 11.645/08. Tal implementação representou um esforço

fundamental na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática. Contudo, diversos têm sido os desafios que dificultam a sua efetivação nas escolas públicas e privadas de todo o país, de modo que a inclusão no currículo escolar dos estabelecimentos de ensino da rede pública e privada da temática História e Cultura Afro-brasileira e Africana, por meio da promulgação da Lei nº 10.639/03, foi uma importante conquista neste campo.

Desde a promulgação da Lei nº 10.639/03, vários têm sido os desafios para que este trabalho de fato venha se efetivar na escola. O maior deles ainda é o de tornar efetiva a inclusão desta temática nas instituições educacionais do país, pois é latente a necessidade de “implementar, produzir e divulgar conhecimentos, atitudes, posturas e valores que promovam a promoção da igualdade étnico-racial no cotidiano social” (Silva & Lima, 2012, p. 11), cuja proposta é, entre outros aspectos, abordar sobre a História da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil e a influência e contribuição do negro e de sua cultura na formação da sociedade brasileira, pois há muito tempo se verificava que esta era uma temática que era abordada na escola de forma muito resumida e decorativa, ou seja, não era dada a ela a devida importância.

Foi pensando em todas estas questões que se buscou implementar a realização deste estudo intitulado “*Um estudo sobre o ensino de História e as questões étnico-raciais no Colégio de Aplicação-CAp em Boa Vista/RR*”, cuja questão problema estabelecida foi: “O Ensino de História no Colégio de Aplicação-CAp, em Boa Vista/RR, contempla as questões étnico-raciais como forma de combate ao preconceito?”.

Diante disso, este estudo teve como objetivo geral “analisar se o Ensino de História no Colégio de Aplicação-CAp, em Boa Vista/RR, contempla as questões étnico-raciais como forma de combate ao preconceito”. Com relação aos objetivos específicos buscou-se: Contextualizar o ensino de História mediante a Lei nº 10.639/03 (11.645/08) que aborda as questões étnico-raciais; descrever as questões étnico-raciais como forma de combate ao preconceito; identificar a metodologia e suas práticas nos programas e projetos utilizados pelos professores de História do Colégio de Aplicação-CAp, em Boa Vista/RR, no processo de ensino aprendizagem referente aos conteúdos de História e Cultura Africana e Afro-brasileira; e, descrever como os professores percebem a inclusão curricular dos conteúdos

de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas práticas do processo de ensino aprendizagem.

METODOLOGÍA

O Colégio de Aplicação-CAP foi o local escolhido para a aplicação da pesquisa em virtude de ser uma unidade de ensino não-universitária, mesmo pertencente a Universidade Federal de Roraima UFRR, responsável por desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão no âmbito do Ensino Fundamental e Médio, localizado no Campus Paricarana, situado à Avenida Capitão Ene Garcez, nº 2413, Bairro Aeroporto, em Boa Vista, capital do estado de Roraima.

Utilizou-se da abordagem qualitativa em virtude dela contemplar os aspectos necessários para apresentar os resultados obtidos com a aplicação do instrumento de pesquisa. Além disso, este estudo se classificou como sendo uma pesquisa de campo porque buscou “conhecer aspectos importantes e peculiares do comportamento em sociedade” (Furasté, 2007, p. 35). Mas, como em qualquer outro tipo de pesquisa, também utilizou-se da revisão de literatura tanto para fundamentar a temática abordada quanto para confirmar a análise dos dados e discussão dos resultados.

Quanto aos objetivos, este estudo se caracterizou como sendo de cunho descritivo, pois de acordo com Gil (2010, p. 77), permite “estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental entre outros fatores”, nesta pesquisa foram entrevistados três (3) professores que ministram a disciplina de História, do Ensino Fundamental I e II no Colégio de Aplicação-CAP em Boa Vista/RR. Para facilitar a caracterização do público alvo de pesquisa, os sujeitos foram denominados, neste estudo, de Professor 1 (P1), Professor 2 (P2) e Professor 3 (P3).

A entrevista estruturada foi o instrumento de pesquisa utilizado, pois esteve composta de questões abertas, contendo os objetivos a serem alcançados com a sua aplicação, realizada, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que foi entregue a cada um dos sujeitos solicitando-lhes a devida permissão para a realização do estudo e publicação dos resultados, no turno matutino (08h às 12h), durante

dez (10) dias, perfazendo um total de quarenta (40) horas, onde foi realizada também a observação e coleta de registros escritos e fotográficos.

Para a análise e discussão dos resultados, os dados obtidos foram tabulados e, em seguida, receberam tratamento descritivo, e foram analisados a luz dos autores que tratam do tema em questão, justificando, reafirmando ou comparando quando necessário com outros estudos científicos já realizados (Gil, 2010), com vistas a atender tanto os objetivos propostos, quanto responder ao problema de pesquisa.

RESULTADOS Y DISCUSIÓN

Buscando analisar se o Ensino de História no Colégio de Aplicação-CAP em Boa Vista/RR contempla as questões étnico-raciais como forma de combate ao preconceito, este capítulo contemplou a análise dos dados e discussão dos resultados em três importantes momentos. O primeiro, intitulado *“As questões étnico-raciais no combate ao preconceito na escola: o conhecimento da Lei nº 10.639/03 (11.645/08) pelos professores”*, revelou que o conhecimento dos sujeitos da pesquisa não chega a ser aprofundado, mas todos tiveram a oportunidade de conhecer a Lei em algum momento de sua vida acadêmica e/ou profissional, e possibilitaram um suporte teórico, mesmo que superficial, que lhes permitem falar sobre o tema na escola, como pode ser observado em suas falas:

P1 – *“Durante a graduação tive o primeiro contato com a Lei e em todas as escolas que trabalhei tentei desenvolver o tema de diversas formas. Além disso, participo de movimentos sociais externos a escola que me possibilitam o conhecimento sobre a Lei que trata do tema”*;

P2 – *“Não cheguei a estudar ponto a ponto, mas tive a oportunidade de discutir a ideia geral do reconhecimento de minorias étnicas quando fiz um Curso a algum tempo sobre História e Cultura Afro-brasileira e Africana”*;

P3 – *“Numa reportagem da TVE”*.

Trindade (2008), ao analisar sobre o reconhecimento da importância deste assunto na escola, evidencia a existência de certa invisibilidade que acaba repercutindo no currículo escolar. É comum os profissionais da educação dizerem ter conhecimento da Lei, da resolução e das Diretrizes Curriculares para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e

Africana, porém não põem em prática, por algum motivo, o trabalho deste conteúdo em sala de aula.

Um dos participantes do estudo diz não estar preparado para trabalhar com o tema em questão na escola, argumentando que seria necessário um conhecimento mais aprofundado, mas, que mesmo assim, tenta fazer um bom trabalho. Já os outros, além de se dizerem preparados, argumentam que trabalhar este tema é algo inerente à disciplina que ministram e, que, portanto, não pode deixar de ser apresentado em sala de aula:

P1 – *“Não. Na realidade, fazemos um esforço para trabalhar com o conteúdo, pois durante a graduação e a pós-graduação, não houve nenhum tipo de disciplina que discutisse a cultura afro. Logo, acredito que seria necessário um conhecimento do conteúdo e também das metodologias para que fosse possível. Mesmo não me sentindo preparada, tento fazer a abordagem utilizando estratégias afim de tornar o tema compreendido pelo aluno”;*

P2 – *“Esta é uma temática que não pode ser verticalizada, mas deve ser pensada dentro do currículo, sendo assim, o estar preparado envolve o material adequado à realidade dos alunos do ensino básico”;*

P3 – *“Sim. Quem trabalha com História e por dever de ofício tem que fazer leituras sobre a disciplina que ministra e, portanto, não se escapa dos referidos tema: os índios, os negros e os excluídos socialmente. Em parte, me sinto à vontade para falar dos temas”.*

Concorda-se com Lima (2012a) ao afirmar que a importância do professor se sentir preparado para trabalhar com as Diretrizes Curriculares para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na escola visa, fundamentalmente, saber se ele se considera instrumentalizado tanto para a inclusão deste conteúdo no currículo escolar quanto para mediar as discussões em torno das concepções de raça e gênero, racismo e sexismo, preconceitos, discriminação, tendo como foco principal as possibilidades de sua articulação com a formação integral do aluno, pois se compreende que esta é uma proposta que tem como ponto de partida o educador como mediador do conhecimento.

Foi possível constatar também que o currículo adotado no Colégio de Aplicação-CAP não contempla ainda efetivamente as Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, mesmo assim, eles tentam fazer essa inclusão, na medida em que buscam incorporar no plano anual da

disciplina como forma de provocar uma reflexão sobre o tema, conforme pode ser verificado:

P1 – *“Na realidade não existe uma inclusão específica do CAp. O que há é uma tentativa de inserir o conteúdo dentro das temáticas trabalhadas. O que tentamos fazer é um trabalho de extensão e motivação à reflexão dos alunos ao tema aliado às aulas ministradas. Sua inclusão aconteceu com a elaboração de uma Lei nacional”;*

P2 – *“Não. Ainda não faz parte”;*

P3 – *“Não está na grade, mas os professores de História trabalham e sempre trabalharam a importância dos povos africanos na cultura e formação do Brasil, estando dessa fora, no Plano Anual da Disciplina”.*

Tal constatação é interessante porque confirma o já explicitado por Lima (2012a) que afirma que uma das maneiras de iniciar a incorporação deste conteúdo na escola é provocando nos alunos a reflexão e a redefinição de concepções, conceitos e significados previamente formados, proporcionar-lhes referências que lhes permitam agir de forma mais consciente.

O segundo momento, intitulado *“Inclusão metodológica do conteúdo de História e Cultura Africana e Afro-brasileira no processo de ensino aprendizagem”*, evidenciou que o conteúdo de História e Cultura Africana e Afro-brasileira não é trabalhado de forma efetiva na instituição de ensino investigada, pois, conforme relatado, ela é desenvolvida apenas no mês de novembro quando se comemora no calendário o Dia da Consciência Negra, onde acontecem diversas atividades didáticas, pedagógicas e culturais, como pode ser visualizado na fala dos participantes do estudo:

P1 – *“Na verdade o ensino de História não visa somente o combate ao preconceito. No entanto, inserimos esse tema dentro do conteúdo estudado. Mas se fosse implementado nas instituições de ensino de modo mais efetivo, poderia dar outros elementos e disputar outras visões sobre a cultura afro”;*

P2 – *“No Colégio de Aplicação (UFRR) temos um projeto que discute a temática no dia da consciência negra e que envolve a participação de todos os professores, mas não está diluído no currículo”;*

P3 – *“Sim. Falando da história desses povos e da possibilidade do Estado diminuir esta desigualdade e o preconceito existente”.*

Concorda-se com Trindade (2008) ao evidenciar que apesar do Governo Federal ter tornado obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no currículo escolar, por meio da Lei nº 11.645/08, as instituições de ensino, como é o caso da unidade de ensino investigada, ainda não incorporaram de modo efetivo o trabalho do conteúdo de História e Cultura Africana e Afro-brasileira e, por causa disso, acaba negando, mesmo que essa não seja a intenção, a real participação destes povos na história brasileira.

Mais uma vez, é totalmente evidente que as questões étnico-raciais não são trabalhadas de forma efetiva no ambiente pesquisado, na medida em que se verifica que os sujeitos da pesquisa trabalham este conteúdo de forma esporádica, ou seja, apenas quando alguma questão ou indagação surge no meio de uma discussão e não como foco principal da aula:

P1 – *“Na medida do possível sim. Quando trabalho alguns conteúdos ligados ao processo histórico, por meio de debates e discussões sobre esse tema”.*

P2 – *“Sim, inclusive, desenvolvi um trabalho em 2014 onde abordei o hip hop como forma de combate ao preconceito e que gerou uma publicação dos resultados em um livro lançado em 2016 com a temática”.*

P3 – *“Sim. Quando surge uma questão em sala ou quando um aluno faz uma indagação sobre o assunto”.*

Isto levanta uma questão muito importante que em Casaroto e Santos (2006) enfatizam como sendo preocupante a forma como vem sendo conduzido este trabalho nas escolas, pois em vez de clarear os conceitos que se tem formado sobre a participação da população negra e seus descendentes na história do Brasil, está perpetuando a ideia de que eles são apenas protagonistas de uma história de exclusão e marginalização social.

Nota-se pela fala dos dois primeiros professores que eles não dispõem de recursos materiais, didáticos e pedagógicos apropriados para a implementação dos conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, contando apenas com o livro didático para tal, pois como evidenciado, o próprio currículo não apresenta que materiais ou metodologias

podem ser utilizadas. Apenas o último participante afirma ter estes recursos para desenvolver o assunto na escola da pesquisa:

P1 – *“Não há material pedagógico sobre o tema, somente o livro didático que não contempla as discussões”;*

P2 – *“Infelizmente se fala muito nessa proposta de ensino que aborde o tema, mas dentro do currículo do Colégio de Aplicação (UFRR) ainda não é abordada a temática como a Lei implica, ou seja, não há uma clareza no currículo de que materiais ou metodologias que podem ser utilizadas para abordar esse assunto”;*

P3 – *“Sim. Vídeos, documentários, textos, que incentivam os alunos a refletirem sobre esse tema”.*

Esta é uma situação alarmante, pois como afirma Scheimer (2010), o ensino de história, visando o trabalho com este tema na escola, deve acontecer de forma contínua, sistematizada e contextualizada, por meio da adoção de recursos e metodologias diversas que visem, entre outros aspectos, contribuir significativamente para a formação de cidadãos conscientes.

Por fim, no terceiro momento, intitulado *“A percepção dos professores quanto à abordagem do conteúdo de História e Cultura Africana e Afro-brasileira”*, é possível observar que P1 e P2 dizem não ter nenhuma forma de aprofundamento de estudos por parte da Coordenação Pedagógica no que se refere ao incentivo à elaboração de projetos e programas voltados para o trabalho com o conteúdo de História e Cultura Africana e Afro-brasileira. Somente o P3 afirmou ter conhecimento, esclarecendo que é o Projeto Consciência Negra, anteriormente já evidenciado nesta análise de dados:

P1 – *“Não há acompanhamento pedagógico sobre este tema”;*

P2 – *“Que eu saiba não, mas, pode ser que tenha, porém eu desconheço”;*

P3 – *“Sim, temos um projeto que é realizado no mês de Novembro, parte dos professores participantes. Projeto Consciência Negra”.*

Apesar da realização do Projeto Consciência Negra ser a única ação efetiva que trata do conteúdo de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, esta instituição de ensino, já demonstra que vem tentando ampliar a discussão em torno da importância da igualdade humana, confirmando o proposto por Trindade (2008) de que, mesmo não sendo o ideal almejado, as escolas já conseguem perceber a necessidade urgente que se tem de desenvolver um currículo que permita aos professores e alunos reconhecer a diversidade humana enquanto um valor social.

Assim, mesmo que o trabalho desenvolvido pelo Colégio de Aplicação-CAp não seja uma ação realizada ao longo de todo o ano letivo, como ficou evidente na fala dos P1, P2 e P3, há uma implicação no alcance dos resultados desejados, como é o caso do combate ao preconceito étnico-racial:

P1 – *“Na verdade, levamos o aluno a refletir, mas, nada que seja possível acabar com o preconceito. O que podemos fazer é garantir reflexões sobre a realidade dos negros no Brasil. Acredito que se fossem implementadas as discussões seria possível passar outra visão mais abrangente sobre esse tema e, assim, se combateria melhor, o preconceito étnico-racial”;*

P2 – *“Eu acho que sim, porém, não é com a força da Lei, mas, existe um reforço na linguagem e alguns projetos de extensão que abordam o tema”;*

P3 – *“Sim, através de arguições e debates. Mas, acredito que por meio da realização do Projeto Consciência Negra que acontece em novembro, ele tem sido fundamental para mostrar aos alunos a importância da contribuição dos índios e africanos”.*

Ficou evidente na fala dos P1, P2 e P3, que se propicia a reflexão, a discussão, o debate sobre o assunto apenas quando está sendo desenvolvido o Projeto Consciência Negra. Ou seja, até há uma reflexão, mas nada aprofundado a ponto de demonstrar um significado mais positivo visando o combate ao preconceito étnico-racial. Por conta disso, acredita-se que se houvesse uma implementação mais efetiva das discussões, assim como do trabalho realizado, com certeza os resultados seriam melhores, confirmando o já mencionado por Casaroto e Santos (2006) de que, isto só acontece porque as escolas, em sua maioria, negam saberes e conhecimentos dos grupos historicamente discriminados, quando, na verdade, deveriam abordar em sua plenitude o conteúdo de História e Cultura

Africana e Afro-brasileira na escola, com o intuito de contribuir para a valorização e a autoestima dos diferentes sujeitos que nela interagem.

Desta forma, pode-se verificar que os referidos autores apenas confirmam o que já vem sendo evidenciado ao longo desta análise, concordando com P1, P2 e P3 quanto à necessidade da realização de um trabalho maior em torno deste assunto, principalmente quando o objetivo é contribuir para o combate ao preconceito étnico-racial:

P1 – *“Sim, mas ainda é necessário um trabalho muito maior, pois nosso projeto de extensão e as aulas não são suficientes para desconstruir conceitos sociais que perpetuam durante décadas. É uma luta árdua e, por isso, não é possível se contabilizar, quantitativa e qualitativamente, com precisão esse processo, mas é possível perceber uma aceitação da discussão por uma parte dos alunos”;*

P2 – *“Em parte, mas algumas coisas ainda precisam ser repensadas. O livro didático, por exemplo, apresenta a temática, mas o currículo não o aborda claramente”;*

P3 – *“Sim, mas não o suficiente. Ainda é muito cedo para ver resultados mais significativos. O preconceito contra estas etnias são seculares. Logo, as mudanças são pouco percebidas em virtude da preocupação em trabalhar essa temática ser recente”.*

Neste contexto, apesar de a percepção de resultados quanto à eficácia do trabalho que vem sendo desenvolvido nesta escola sobre o tema ser ainda insipiente, concorda-se com Casaroto e Santos (2006) ao afirmar que um importante passo já vem sendo dado neste sentido, pois já se vem conseguindo desconstruir conceitos que se perpetuam há séculos no meio social. Mas, só a obrigatoriedade da Lei de que todas as escolas, públicas ou privadas, integrem estes conteúdos em seus currículos não é suficiente. É preciso um trabalho conjunto entre todas as disciplinas e professores.

CONCLUSION

Este estudo foi produzido com base no trabalho realizado e apresentado a UAA como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação e revelou que, em se tratando disso, no que se refere *“As questões étnico-raciais no combate*

ao preconceito na escola: o conhecimento da Lei nº 10.639/03 (11.645/08) pelos professores”, ficou comprovado que os participantes do estudo possuem um conhecimento que não chega a ser aprofundado, mas que lhes possibilitam um suporte teórico, mesmo que superficial, para poder trabalhar esse tema na escola, apesar do currículo adotado no Colégio de Aplicação-CAp em Boa Vista/RR, não contemplar, ainda efetivamente, as referidas Leis. Mesmo assim, eles tentam fazer essa inclusão, na medida em que buscam incorporar este assunto no plano anual da disciplina, como forma de provocar uma reflexão, junto aos alunos.

No que diz respeito à *“Inclusão metodológica do conteúdo de História e Cultura Africana e Afro-brasileira no processo de ensino aprendizagem”*, foi possível constatar que, o ensino de História no Colégio de Aplicação-CAp em Boa Vista/RR não trabalha de forma efetiva o conteúdo de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, pois ele é explorado de forma esporádica, apenas quando alguma questão ou indagação surge no meio de uma discussão e não como foco principal da aula. Esse tema é desenvolvido de maneira sistemática apenas no mês de novembro quando se comemora no calendário o Dia da Consciência Negra, onde acontecem diversas atividades didáticas, pedagógicas e culturais. Além disso, não dispõem de recursos materiais, didáticos e pedagógicos apropriados para a implementação destes conteúdos, contando apenas com o livro didático para tal, pois como evidenciado, o próprio currículo não apresenta que materiais ou metodologias podem ser utilizadas.

Com relação *“A percepção dos professores quanto à abordagem do conteúdo de História e Cultura Africana e Afro-brasileira”*, foi possível verificar que não há nenhuma forma de aprofundamento de estudos por parte da Coordenação Pedagógica no que se refere ao incentivo à elaboração de projetos e programas voltados para o trabalho deste conteúdo, a não ser na época do desenvolvimento do Projeto Consciência Negra que acontece no mês de novembro quando há uma reflexão, discussão e/ou debate sobre o assunto, implicando no alcance de maiores resultados, como é o caso do combate ao preconceito étnico-racial, demonstrando que as ações desenvolvidas por meio do referido projeto ainda são muito frágeis e pouco tem contribuído neste sentido. Logo, há a necessidade da realização de um trabalho maior em torno desta temática. Sabe-se, inclusive, que esta é uma luta árdua, que no momento, não permite contabilizar com

exatidão, quantitativa e qualitativamente os resultados, positivos e/ou negativos, propiciados com o trabalho que vem sendo realizado, mas, com certeza, já é possível perceber algumas mudanças no cenário educacional e social. Desta forma, muito ainda precisa ser feito, melhorado e/ou repensado, para que os resultados obtidos sejam mais significativos.

REFERENCIA

- Albuquerque, W e Fraga, W (2006). Uma história do negro no Brasil. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares.
- Brasil (2003). Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003. Acesso Junho 23, 2015, em www.planalto.gov.br.
- Brasil (2008). Lei 11.645 de 10 de março de 2008. Acesso Junho 23, 2015 em www.planalto.gov.br.
- Casaroto, K. e Santos, A.. (2006). Algumas reflexões sobre o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), Paraná.
- Ciconello, A. (2008). O desafio de eliminar o racismo no Brasil: a nova institucionalidade no combate à desigualdade racial. Oxfam International From Poverty to Power: How Active Citizens and Effective States Can Change the World, Oxfam International, junho. Disponível em: <www.portaldoservidor.ba.gov.br>. Acesso em: 14 Jan. 2016.
- Furasté, P. (2007). Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Elaboração e Formatação. Explicitação das Normas da ABNT. 14. ed. Porto Alegre: s.n.
- Gil, A. (2010). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas.

- Lima, M. (Org.) (2012a). Escola plural:a diversidade está na sala: formação de professores/as em história e cultura afro-brasileira e africana. 3. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF.
- Lody, R. (2006). A herança africana está por toda parte – Beleza e Identidade: sobre os patrimônios afro-descendentes. Saberes e fazeres. v. 1: modos de ver/Coordenação do Projeto Ana Paula Brandão – Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho. (A cor da cultura).
- Scheimer, M. (2010). Ensino de História e a prática educativa: projetos interdisciplinares. In.: V CINFE – Congresso Internacional de Filosofia e Educação, maio, Caxias do Sul, RS.
- Silva, B. e Lima, M. (2012). A importância dos contos infantis na constituição da identidade do negro. En.: Rodrigues Filho, G. [et al]. Educação para as relações étnico-raciais: outras perspectivas para o Brasil. Uberlândia, MG: Editora Gráfica Lops.
- Trindade, A. (2008). Dialogando com desafios. En.: Nunes, A. E. da S. & Oliveira, E. V. de. (Orgs.). (2008). Implementação das Diretrizes Curriculares para a educação das relações étnico-raciais e o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana na educação profissional e tecnológica. Brasília: MEC, SETEC.
- Zebral, D. (2012). Rompendo barreiras do preconceito racial no ambiente escolar. Universidade Federal de Ouro Preto: Conselheiro Lafaiete.